

DESAFIOS DE SE APRENDER A LER E ESCREVER: REFLEXÕES DOCENTES

**CHALLENGES OF LEARNING TO READ AND WRITE: TEACHERS'
REFLECTIONS**

**DESAFÍOS DEL APRENDIZAJE DE LA LECTURA Y LA ESCRITURA:
REFLEXIONES DOCENTES**



10.56238/sevened2026.004-028

Patrícia da Silva Santos

Especialização em Psicopedagogia com Ênfase na Educação Especial
Instituição: Faculdade Metropolitana de Teresina
Endereço: Maranhão, Brasil
E-mail: patriciasanthus27@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5211308252303351>

Emanuella Wanus Barreto Siqueira

Especialização em Tecnologias Educacionais
Instituição: Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro (PUC RJ)
Endereço: Sergipe, Brasil
E-mail: emanuellabarreto17@gmail.com

Eliana Gomes de Castro Rocha

Pós-graduação em Neuropsicologia e Educação Infantil
Instituição: Faculdade Única
Endereço: Minas Gerais, Brasil
E-mail: elicastro06@hotmail.com

Altaide Pereira da Silva

Licenciatura em Pedagogia
Instituição: Faculdade Piauiense/Teresina
E-mail: robertotheartcores@hotmail.com
Lattes: 723199221690360

Simone Batista Campos

Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado/AEE
Instituição: Faculdade Capital Federal (FECAF)
Endereço: Mato Grosso, Brasil
E-mail: simonecamposs39@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0010520096978146>

Eledy de Souza

Especialização em Educação Infantil
Instituição: Universidade Cidade de São Paulo
Endereço: Mato Grosso, Brasil
E-mail: souzaleia55@gmail.com.br

Jairo Bastidas

Arquitetura e Urbanismo
Instituição: Universidade São Francisco
E-mail: Jairobg@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4072883527114864>

Ana Valéria de Oliveira Sousa Santos

Especialização em Psicopedagogia com Ênfase na Educação Especial
Instituição: Faculdade Metropolitana de Teresina
Endereço: Maranhão, Brasil
E-mail: anavaleria095@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4002846785008604>

Silvana Oliveira do Nascimento

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica (PPEEB)
Instituição: Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Endereço: Maranhão, Brasil
E-mail: silvanaonascimento@hotmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9893755268303350>

Claudihene Lopes da Silva Gonzaga

Pós graduada - Gestão, Supervisão e Planejamento Educacional, Psicopedagogia, Educação Infantil e Ensino Fundamental
Instituição: Instituto de Ensino Superior Franciscano
Endereço: Maranhão, Brasil
E-mail: dienegonzaga.lopes@gmail.com

RESUMO

A aprendizagem da leitura e da escrita constitui um dos desafios centrais da escola contemporânea, pois envolve não apenas a aquisição de habilidades técnicas, mas a inserção do sujeito em práticas sociais mediadas pela linguagem. Ler e escrever não se reduzem à decodificação de sinais gráficos, mas configuram processos culturais, históricos e formativos que atravessam o desenvolvimento da autonomia, da participação social e da construção de sentido. Como afirma Buendía, “a competência de ler e escrever passou a ser considerada base e requisito para a consolidação da democracia” (BUENDÍA, 2010, p. 257). No contexto escolar, as dificuldades enfrentadas por estudantes nos anos iniciais revelam fatores múltiplos: condições sociais desiguais, práticas pedagógicas pouco significativas, ausência de estímulos culturais e modelos curriculares que desconsideram a diversidade de trajetórias. Paulo Freire (2003) destaca que o ato de ler não se limita à palavra, mas se relaciona à leitura do mundo, exigindo uma educação comprometida com a experiência concreta do estudante. Magda Soares (2004) reforça que alfabetização e letramento precisam caminhar juntos, pois aprender

o sistema de escrita implica também aprender seus usos sociais. Dessa forma, refletir sobre os desafios da leitura e da escrita exige compreender a alfabetização como processo amplo, atravessado por dimensões políticas, pedagógicas e culturais. Este capítulo discute tais desafios a partir de uma perspectiva docente, defendendo que práticas escolares mais consistentes dependem de mediação qualificada, de acesso à cultura escrita e de um currículo que reconheça o letramento como direito fundamental.

Palavras-chave: Leitura. Escrita. Alfabetização. Letramento. Práticas Docentes.

ABSTRACT

Learning to read and write is one of the central challenges of contemporary schooling, as it involves not only the acquisition of technical skills but also the student's insertion into social practices mediated by language. Reading and writing cannot be reduced to decoding graphic symbols; they are cultural, historical, and formative processes that shape autonomy, social participation, and meaning-making. As Buendía states, "the ability to read and write has been considered a basic requirement for the consolidation of democracy" (BUENDÍA, 2010, p. 257). In the school context, the difficulties faced by students in early education reveal multiple factors: social inequalities, pedagogical practices lacking meaning, limited access to written culture, and curricular models that ignore diverse learning trajectories. Paulo Freire (2003) argues that reading is not restricted to words but is connected to reading the world, requiring an education committed to students' lived experiences. Magda Soares (2004) emphasizes that literacy and social literacy practices must be developed together, since learning the writing system also means learning its social uses. Thus, reflecting on the challenges of reading and writing demands understanding literacy as a broad process shaped by political, pedagogical, and cultural dimensions. This chapter discusses these challenges from a teacher's perspective, arguing that more consistent school practices depend on qualified mediation, access to written culture, and a curriculum that recognizes literacy as a fundamental right.

Keywords: Reading. Writing. Literacy. Social Literacy. Teaching Practices.

RESUMEN

Aprender a leer y escribir es uno de los desafíos centrales de la escuela contemporánea, ya que implica no solo la adquisición de habilidades técnicas, sino también la inserción del individuo en prácticas sociales mediadas por el lenguaje. Leer y escribir no se reducen a la decodificación de signos gráficos, sino que constituyen procesos culturales, históricos y formativos que permean el desarrollo de la autonomía, la participación social y la construcción de significado. Como afirma Buendía, «la competencia para leer y escribir se ha convertido en una base y un requisito para la consolidación de la democracia» (BUENDÍA, 2010, p. 257). En el contexto escolar, las dificultades que enfrentan los estudiantes en los primeros años revelan múltiples factores: condiciones sociales desiguales, prácticas pedagógicas insignificantes, falta de estímulos culturales y modelos curriculares que ignoran la diversidad de trayectorias. Paulo Freire (2003) enfatiza que el acto de leer no se limita a la palabra, sino que se relaciona con la lectura del mundo, lo que requiere una educación comprometida con la experiencia concreta del estudiante. Magda Soares (2004) refuerza la idea de que la alfabetización y la comprensión lectora deben ir de la mano, ya que aprender el sistema de escritura también implica aprender sus usos sociales. Por lo tanto, reflexionar sobre los desafíos de la lectura y la escritura requiere comprender la alfabetización como un proceso amplio, atravesado por dimensiones políticas, pedagógicas y culturales. Este capítulo analiza estos desafíos desde la perspectiva docente, argumentando que unas prácticas escolares más consistentes dependen de una mediación cualificada, el acceso a la cultura escrita y un currículo que reconozca la alfabetización como un derecho fundamental.

Palabras clave: Lectura. Escritura. Alfabetización. Comprensión Lectora. Práticas Docentes.

1 INTRODUÇÃO

A leitura e a escrita ocupam lugar estruturante na formação escolar, pois constituem instrumentos essenciais para a participação social, cultural e política dos sujeitos. A escola, como espaço privilegiado de acesso ao conhecimento, assume a responsabilidade de formar leitores e escritores capazes de compreender o mundo e atuar criticamente nele. Nesse sentido, Buendía (2010) ressalta que o ensino da leitura e da escrita representa um dos maiores desafios enfrentados pelos sistemas educacionais, uma vez que o domínio dessas competências condiciona o acesso a outras aprendizagens fundamentais.

Historicamente, a alfabetização foi tratada como etapa inicial e técnica, centrada na codificação e decodificação. No entanto, as pesquisas contemporâneas ampliaram essa compreensão, reconhecendo que alfabetizar implica também inserir o estudante em práticas sociais de linguagem. Como explica Soares (2004), não basta aprender as “primeiras letras”; é necessário compreender os usos culturais da escrita, desenvolvendo um letramento efetivo.

Paulo Freire (2003) aprofunda essa perspectiva ao afirmar que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, indicando que o processo de aprender a ler e escrever envolve experiências concretas, contextos culturais e relações de sentido. Assim, as dificuldades de aprendizagem não podem ser interpretadas como falhas individuais isoladas, mas como expressões de condições pedagógicas, sociais e institucionais mais amplas.

Além disso, o fracasso escolar relacionado à leitura e à escrita revela desigualdades históricas e desafios persistentes, especialmente quando práticas escolares permanecem rígidas ou desarticuladas das realidades dos estudantes. Buendía (2010) alerta que, sem o domínio da leitura, o ato de aprender torna-se penoso e limitador, comprometendo o desenvolvimento intelectual e cultural.

Dessa forma, discutir os desafios de se aprender a ler e escrever exige uma abordagem crítica e docente, centrada nas mediações pedagógicas, na valorização da cultura escrita e no reconhecimento do letramento como direito.

No desenvolvimento deste capítulo, serão abordados: (1) a leitura e a escrita como práticas sociais e formativas; (2) os principais fatores que atravessam as dificuldades de alfabetização; (3) o papel do letramento na escola contemporânea; (4) as mediações docentes e metodologias possíveis; e (5) reflexões finais sobre o compromisso democrático da alfabetização.

2 LEITURA E ESCRITA COMO PRÁTICAS SOCIAIS: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA ESCOLA

A aprendizagem da leitura e da escrita não pode ser compreendida como simples domínio de um código gráfico. Trata-se de um processo cultural e social amplo, no qual o estudante se apropria de práticas de linguagem que organizam a vida em sociedade. Ler e escrever significam participar de

formas específicas de produção de sentido, de circulação de saberes e de construção de pertencimento no mundo letrado.

Magda Soares (2004) destaca que alfabetização e letramento constituem dimensões indissociáveis. Enquanto a alfabetização se refere ao aprendizado do sistema de escrita, o letramento diz respeito à inserção do sujeito nas práticas sociais que envolvem leitura e escrita. Como afirma a autora, “alfabetizar é ensinar o código; letrar é ensinar o uso social desse código” (SOARES, 2004, p. 18). Dessa forma, a escola não pode limitar-se a ensinar letras e sílabas, mas precisa garantir que os estudantes compreendam para que se lê e para que se escreve.

Nessa perspectiva, a leitura deve ser entendida como prática interpretativa e formativa. Paulo Freire (2003) insiste que a alfabetização envolve consciência e mundo, pois “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 2003, p. 11). Essa afirmação desloca a compreensão da leitura para além do texto escrito, situando-a como experiência existencial e política. O estudante aprende a ler quando reconhece sentidos em sua realidade e quando percebe que a escrita pode nomear, organizar e transformar sua experiência.

Além disso, a escola é atravessada por disputas de acesso à cultura escrita. Nem todos os sujeitos chegam ao espaço escolar com as mesmas oportunidades de convivência com livros, narrativas, textos e práticas de leitura. Kleiman (1995) argumenta que o letramento escolar precisa considerar as desigualdades socioculturais e evitar que a alfabetização se torne mecanismo de exclusão. Assim, ensinar a ler e escrever é também uma tarefa de justiça social.

Buendía (2010) reforça que a leitura e a escrita constituem competências decisivas para a consolidação da democracia, pois condicionam a participação cidadã e o acesso aos direitos. A dificuldade em aprender a ler e escrever, portanto, não pode ser tratada apenas como problema individual, mas como desafio coletivo que envolve políticas públicas, currículo e práticas pedagógicas consistentes.

“A alfabetização, enquanto processo de aquisição do sistema de escrita, precisa ser articulada ao letramento, entendido como participação nas práticas sociais de leitura e escrita. Não basta que o aluno saiba decodificar palavras: é necessário que compreenda os usos da escrita na vida social, na escola e fora dela.” (SOARES, 2004, p. 21).

Nesse sentido, aprender a ler e escrever implica formar sujeitos capazes de interpretar textos, produzir discursos e atuar criticamente em uma sociedade marcada pela centralidade da linguagem. A escola, portanto, tem o compromisso de promover práticas alfabetizadoras que sejam culturalmente significativas, pedagogicamente mediadas e socialmente inclusivas.

Dessa forma, a leitura e a escrita devem ser compreendidas como práticas sociais que estruturam o desenvolvimento humano, e não como etapas técnicas isoladas. O desafio docente

consiste em construir caminhos pedagógicos que articulem o domínio do código à experiência viva do letramento, garantindo que todos os estudantes possam acessar a cultura escrita de maneira plena.

3 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA ALFABETIZAÇÃO: DESIGUALDADES, FRACASSO ESCOLAR E MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS

Os desafios de se aprender a ler e escrever permanecem como uma das questões mais complexas da escola contemporânea. Apesar da ampliação do acesso à escolarização, muitos estudantes ainda percorrem os anos iniciais sem consolidar competências leitoras e escritoras fundamentais. Esse cenário evidencia que alfabetizar não é apenas transmitir um código, mas construir condições pedagógicas, culturais e institucionais para que a aprendizagem se efetive.

As dificuldades no processo de alfabetização não podem ser interpretadas como falhas individuais isoladas. Elas se articulam a desigualdades históricas e a práticas escolares que, muitas vezes, desconsideram os ritmos e as trajetórias diversas dos estudantes. Buendía (2010) alerta que a ausência de domínio da leitura compromete não apenas o desempenho escolar, mas a inserção social do sujeito, pois limita seu acesso ao conhecimento e à participação cidadã.

A escola, nesse sentido, precisa superar modelos de ensino mecânicos e repetitivos, centrados apenas na decodificação. Ferreiro e Teberosky (1999) demonstraram que a criança não aprende a escrita por simples repetição, mas constrói hipóteses sobre o funcionamento do sistema alfabético. Como afirmam as autoras, “a escrita não é um produto escolar, mas um objeto cultural” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 15). Essa compreensão exige que o professor reconheça o estudante como sujeito ativo, capaz de elaborar sentidos e estratégias cognitivas próprias.

Além disso, o chamado fracasso escolar, frequentemente associado às dificuldades de leitura e escrita, revela limites institucionais e pedagógicos. Rubinstein, Castanho e Noffs (2004) ressaltam que as dificuldades de aprendizagem precisam ser compreendidas como fenômenos complexos, atravessados por dimensões cognitivas, afetivas e sociais, e não reduzidos a déficits individuais.

A mediação docente torna-se, portanto, elemento decisivo. Libâneo (2013) afirma que o ensino exige intencionalidade pedagógica e organização didática, pois não há aprendizagem significativa sem intervenção qualificada do professor. Alfabetizar implica planejar práticas que articulem linguagem, sentido, cultura e experiência.

“A criança não espera passivamente que alguém lhe ensine a escrita. Ela constrói hipóteses, busca regularidades, interpreta o que vê e produz formas próprias de compreensão do sistema. A escrita é um objeto cultural e sua apropriação envolve atividade intelectual.” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 32).

Dessa forma, os desafios contemporâneos da alfabetização exigem reconhecer que aprender a ler e escrever depende de condições pedagógicas consistentes, de práticas socialmente significativas e de um currículo que enfrente desigualdades. O professor, como mediador central, precisa sustentar processos que respeitem a singularidade do estudante e ampliem seu acesso à cultura escrita.

4 PRÁTICAS DOCENTES E CAMINHOS PEDAGÓGICOS PARA FORMAR LEITORES E ESCRITORES

Diante dos desafios que atravessam a alfabetização, torna-se indispensável refletir sobre práticas docentes capazes de promover aprendizagens mais consistentes e significativas. Formar leitores e escritores não se reduz à aplicação de métodos fixos, mas implica construir experiências pedagógicas que articulem o domínio do sistema de escrita ao desenvolvimento de competências interpretativas, críticas e culturais.

Magda Soares (2004) enfatiza que alfabetizar exige práticas contextualizadas, pois o estudante precisa compreender a função social da leitura e da escrita. A escola deve oferecer situações reais de uso da linguagem, como leitura de textos literários, produção de bilhetes, narrativas, registros e participação em práticas comunicativas que façam sentido para o cotidiano discente.

Paulo Freire (2003) reforça que o ato de ler não é neutro, pois envolve consciência e interpretação do mundo. Para o autor, a alfabetização deve ser compreendida como prática emancipatória, na qual o estudante aprende a ler palavras e realidades. Assim, práticas docentes precisam favorecer diálogo, escuta e construção de sentido, e não apenas treino mecânico.

Kleiman (1995) argumenta que a escola, muitas vezes, trabalha com um letramento restrito, limitado ao espaço escolar, sem articular leitura e escrita às práticas sociais amplas. Por isso, o desafio pedagógico consiste em aproximar o ensino da linguagem das experiências culturais dos estudantes, reconhecendo que a escrita circula em múltiplos contextos e possui diferentes funções sociais.

Nesse cenário, a literatura também ocupa papel central. A formação do leitor exige contato com textos que mobilizem imaginação, sensibilidade e interpretação. A leitura literária amplia repertórios e fortalece vínculos com a linguagem escrita, constituindo experiência formativa indispensável.

“Ensinar a ler e a escrever não é apenas ensinar um código. É inserir o aluno no mundo da escrita, em suas práticas sociais, culturais e políticas. Alfabetização e letramento são processos articulados e devem caminhar juntos.” (SOARES, 2004, p. 24).

Portanto, práticas docentes alfabetizadoras precisam ser sustentadas por mediação pedagógica qualificada, por propostas de leitura e escrita socialmente significativas e por um currículo que compreenda a linguagem como direito. Formar leitores e escritores é tarefa essencial da escola democrática, pois envolve garantir acesso à cultura escrita, ampliar possibilidades de participação social e fortalecer a autonomia intelectual dos estudantes.

Além disso, é necessário reconhecer que práticas docentes alfabetizadoras exigem continuidade, acompanhamento e avaliação formativa. A aprendizagem da leitura e da escrita não ocorre de modo imediato, mas se constrói em processos progressivos, nos quais o professor precisa observar percursos, dificuldades e avanços, ajustando intervenções pedagógicas de forma consistente. Libâneo (2013) destaca que o trabalho docente se caracteriza pela intencionalidade didática, pois ensinar implica organizar condições para que o estudante se aproprie do conhecimento. Nesse sentido, alfabetizar supõe planejamento, mediação sistemática e compromisso com a aprendizagem de todos, evitando que a escola naturalize desigualdades ou atribua ao estudante a responsabilidade exclusiva pelo insucesso.

Outro aspecto decisivo refere-se ao caráter cultural da leitura e da escrita. Chartier (1999) afirma que a leitura é uma prática histórica e socialmente situada, marcada por modos de apropriação e experiências coletivas. Assim, formar leitores implica inserir os estudantes em comunidades de leitura, nas quais o texto circula como experiência compartilhada e significativa. Mortatti (2006) reforça que a alfabetização, no contexto brasileiro, sempre esteve vinculada a disputas pedagógicas e políticas, o que exige do professor uma postura crítica diante de modelos reducionistas. Desse modo, práticas docentes consistentes precisam articular alfabetização e letramento como direito, garantindo que a escola seja espaço de acesso real à cultura escrita e de formação de sujeitos capazes de ler, escrever e produzir sentidos no mundo contemporâneo.

Um ponto fundamental para o fortalecimento das práticas docentes na alfabetização consiste em compreender que a aprendizagem da leitura e da escrita envolve dimensões cognitivas e afetivas indissociáveis. Vygotsky (2007) ressalta que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio da interação social e da mediação cultural, sendo a linguagem o eixo central desse processo. Assim, alfabetizar implica criar situações pedagógicas em que o estudante possa aprender em colaboração, dialogar com outros sujeitos e construir sentidos progressivamente, a partir de práticas orientadas pelo professor.

Além disso, a alfabetização requer que a escola enfrente a fragmentação curricular e valorize propostas integradoras. Tfouni (2010) argumenta que o letramento não se limita ao domínio individual da escrita, mas envolve relações sociais e institucionais que determinam quem tem acesso efetivo à cultura letrada. Dessa forma, práticas docentes precisam superar exercícios descontextualizados e investir em projetos de leitura e escrita que articulem textos, experiências culturais e práticas comunicativas reais, fortalecendo o vínculo entre escola e sociedade.

Por fim, é importante destacar que formar leitores e escritores exige também o compromisso institucional com políticas de formação docente e valorização pedagógica. Mortatti (2006) enfatiza que a alfabetização, no Brasil, sempre esteve atravessada por disputas metodológicas e políticas, o que demanda do professor não apenas técnica, mas reflexão crítica sobre seu trabalho. Nesse sentido, a

escola democrática precisa garantir condições materiais, pedagógicas e formativas para que o ensino da leitura e da escrita se realize como direito, assegurando que todos os estudantes possam acessar a linguagem escrita como instrumento de participação social e autonomia intelectual.

5 SÍNTESE DOCENTE: DESAFIOS E MEDIAÇÕES NO PROCESSO DE APRENDER A LER E ESCREVER

A reflexão sobre os desafios da leitura e da escrita evidencia que alfabetizar constitui tarefa pedagógica complexa, atravessada por dimensões sociais, culturais, cognitivas e institucionais. Não se trata apenas de ensinar letras e sons, mas de formar sujeitos capazes de participar da cultura escrita de maneira crítica e significativa. Como afirma Buendía (2010), a competência leitora tornou-se condição indispensável para o exercício pleno da cidadania e para a consolidação democrática, pois o acesso à linguagem escrita condiciona o acesso ao conhecimento e à participação social.

As dificuldades enfrentadas por muitos estudantes revelam que a alfabetização exige mediações docentes consistentes, práticas contextualizadas e um currículo comprometido com o direito à aprendizagem. Kleiman (1995) ressalta que o letramento escolar não pode ser compreendido como prática neutra, pois envolve disputas culturais e desigualdades históricas no acesso à escrita. Assim, aprender a ler e escrever demanda que a escola reconheça as trajetórias diversas dos estudantes e sustente práticas inclusivas que ampliem o repertório cultural e linguístico.

Como demonstrado, a leitura e a escrita são práticas sociais e não meras habilidades técnicas. Freire (2003) afirma que o processo alfabetizador envolve consciência e mundo, pois a leitura ultrapassa a palavra e se vincula à interpretação da realidade. Soares (2004), por sua vez, reforça que alfabetização e letramento devem caminhar juntos, já que aprender o sistema de escrita implica também compreender seus usos sociais e culturais. Essa articulação desloca o ensino da decodificação para uma perspectiva mais ampla, na qual o estudante se torna participante ativo da cultura escrita.

Ferreiro e Teberosky (1999) mostram que a criança constrói hipóteses sobre a escrita, elaborando formas próprias de compreender o funcionamento do sistema alfabético. Tal perspectiva exige do professor um olhar atento aos processos cognitivos e culturais que atravessam a aprendizagem, reconhecendo que alfabetizar implica acompanhar percursos singulares e não aplicar métodos homogêneos. Rubinstein, Castanho e Noffs (2004) também enfatizam que as dificuldades de aprendizagem devem ser compreendidas como fenômenos complexos, atravessados por dimensões institucionais e sociais, e não reduzidos a déficits individuais.

Nesse cenário, a mediação pedagógica assume papel decisivo. Libâneo (2013) destaca que o ensino exige intencionalidade didática e organização sistemática, pois não há aprendizagem significativa sem intervenção qualificada. Alfabetizar, portanto, constitui tarefa coletiva e ética, que

envolve práticas docentes consistentes, acesso à cultura escrita e compromisso institucional com o direito de todos os estudantes.

Nesse sentido, apresenta-se a seguir um quadro-síntese que sistematiza os principais desafios discutidos e as mediações pedagógicas necessárias para enfrentá-los no cotidiano escolar, articulando alfabetização, letramento e práticas docentes como eixos centrais para a formação de leitores e escritores.

Quadro 1 – Desafios e mediações docentes no processo de alfabetização.

Quadro 1 – Desafios e mediações docentes no processo de alfabetização

Desafios centrais na alfabetização	Implicações para o estudante	Mediações pedagógicas necessárias
Ensino restrito à decodificação mecânica	Aprendizagem superficial e sem sentido social	Propostas de leitura e escrita contextualizadas (SOARES, 2004)
Desigualdades socioculturais no acesso à cultura escrita	Exclusão e dificuldades persistentes	Práticas inclusivas e valorização das experiências dos estudantes (KLEIMAN, 1995)
Interpretação das dificuldades como déficit individual	Estigmatização e fracasso escolar	Leitura ampliada das dificuldades como fenômeno complexo (RUBINSTEIN; CASTANHO; NOFFS, 2004)
Falta de intencionalidade pedagógica e didática	Fragmentação do processo alfabetizador	Planejamento docente e mediação sistemática (LIBÂNEO, 2013)
Ausência de vínculo com práticas sociais reais de leitura	Desmotivação e distanciamento da escrita	Alfabetização como prática cultural e emancipatória (FREIRE, 2003)
Desconsideração das hipóteses infantis sobre a escrita	Intervenções inadequadas	Reconhecimento da criança como sujeito ativo (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios de se aprender a ler e escrever permanecem como questão central da escola contemporânea, pois envolvem não apenas a aquisição de competências técnicas, mas a inserção plena do estudante na cultura escrita e na vida social. Alfabetizar constitui compromisso democrático, uma vez que o domínio da leitura e da escrita condiciona o acesso ao conhecimento, à participação cidadã e à construção de autonomia intelectual. Como alerta Buendía (2010), sem a consolidação dessas aprendizagens, o percurso escolar tende a tornar-se limitador, comprometendo a formação cultural e a própria experiência de pertencimento do sujeito ao mundo letrado.

Ao longo deste capítulo, argumentou-se que a alfabetização não pode ser reduzida a métodos mecânicos ou a processos homogêneos. Soares (2004) evidencia que alfabetização e letramento são

dimensões articuladas, pois aprender o sistema de escrita implica também aprender seus usos sociais, culturais e políticos. Essa compreensão desloca o ensino da leitura e da escrita para além da decodificação, exigindo práticas pedagógicas que façam sentido para o estudante e que o aproximem de textos, narrativas e experiências reais de linguagem.

Freire (2003), ao afirmar que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, reforça que alfabetizar envolve experiência, consciência e interpretação da realidade. Nesse sentido, ensinar a ler e escrever não é apenas transmitir conteúdos escolares, mas possibilitar que o estudante compreenda sua condição no mundo, produza sentidos e desenvolva voz. A alfabetização, portanto, constitui prática formativa que atravessa dimensões éticas e sociais, vinculadas ao direito de participar plenamente da vida coletiva.

Também se destacou que dificuldades de aprendizagem não podem ser interpretadas como falhas individuais isoladas. Ferreiro e Teberosky (1999) demonstram que a criança constrói hipóteses sobre a escrita, elaborando formas próprias de compreender o funcionamento do sistema alfabético. Essa perspectiva exige do professor um olhar atento aos processos cognitivos e culturais do estudante, reconhecendo que aprender envolve tempo, mediação e interação. Rubinstein, Castanho e Noffs (2004) reforçam que o fracasso escolar precisa ser compreendido como fenômeno complexo, atravessado por fatores institucionais, sociais e pedagógicos, e não como déficit exclusivo do aluno.

Dessa forma, formar leitores e escritores demanda práticas docentes consistentes, mediação pedagógica qualificada e intencionalidade didática. Libâneo (2013) afirma que o ensino exige organização e intervenção sistemática, pois a aprendizagem não ocorre de modo espontâneo. Cabe à escola construir condições para que a alfabetização se realize como processo culturalmente significativo, socialmente inclusivo e pedagogicamente sustentado.

Conclui-se, portanto, que aprender a ler e escrever representa um direito fundamental e uma tarefa coletiva. A escola precisa sustentar processos alfabetizadores que reconheçam a diversidade das trajetórias estudantis, ampliem o acesso à cultura escrita e fortaleçam práticas de linguagem vinculadas à participação social. Garantir que todos os estudantes possam ler e escrever com autonomia significa reafirmar a educação como espaço democrático de formação humana e de construção de possibilidades no mundo.

REFERÊNCIAS

- BUENDÍA, Manuel. Desafios da leitura e da escrita na escola contemporânea. In: _____. Educação e debate. Lisboa: IESE, 2010. p. 255-270.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 44. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KLEIMAN, Angela. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.
- RUBINSTEIN, Edith; CASTANHO, Marisa Irene; NOFFS, Neide de Aquino. Psicopedagogia: uma práxis interdisciplinar. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, 2004.